

Proposta não confisca aplicações

CORIOLOANO GATTO

A proposta do ex-ministro Mário Henrique Simonsen é bastante engenhosa e o alvo principal é congelar o crédito dentro da economia. O consumidor não precisa ficar assustado, pois a medida, se adotada pelo governo, não atingirá diretamente o bolso. É simplesmente um sofisticado mecanismo que visa a paralisar o crédito, bem mais radical do que o contingenciamento feito no passado.

É óbvio que ao impor um limite para os bancos — o total das aplicações representa US\$ 120 bilhões — haveria restrições ao crédito ao consumidor. De tabela, ocorreria um freio na atividade econômica.

Mas ao congelar toda a massa de aplicações durante três meses, o governo estaria, na verdade, exercendo uma rigorosa política monetária, o que não consegue fazer há anos.

Isso porque o Banco Central sempre age em cima dos chamados meios de pagamento — o dinheiro em circulação na economia mais os depósitos à vista em poder dos bancos.

Ocorre que ao elevar os juros para enxugar o excesso de dinheiro na economia, o BC tem a mesma eficácia de um guardanapo tentando absorver uma tonelada de gelo. É que os cruzeiros reais na economia, incluídos também o volume nas contas correntes, atingem apenas US\$ 8 bilhões, ou 2% do PIB.

E, ao mesmo tempo, a elevação de juros causa um efeito inverso: os grandes investidores se beneficiam. Com mais dinheiro na carteira, o consumo aumenta. É o chamado efeito riqueza. Na época do Plano Verão, em janeiro de 1989, a alta dos juros concentrou a renda. E a inflação não caiu. Foi assim também nos últimos meses, quando a taxa de juros real (acima de inflação) andou pela casa dos 40% ao ano e a inflação explodiu. Quer dizer, no Brasil o relevante acaba sendo o que os economistas chamam de *M4*, que engloba todas as aplicações financeiras, e não os meios de pagamento ou *M1*.